

VOZES DISCENTES E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: PERCEPÇÕES CRÍTICAS SOBRE O CAPES-PRINT NO PPGED/UFRN

Fabiana Araújo Nogueira (UFRN)
E-mail: fabiaaraujo25@gmail.com

Alda Maria Duarte Araújo Castro (UFRN)
E-mail: castroalda02@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A configuração atual da educação superior brasileira é atravessada por novos modos de regulação que priorizam a performatividade e a produtividade como métricas de excelência. No centro dessa disputa, a internacionalização da pós-graduação emerge não apenas como um fenômeno de intercâmbio acadêmico, mas como um potente instrumento de indução de políticas institucionais. O Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt), lançado pela CAPES no ano de 2017, materializa essa tendência ao descentralizar a gestão da mobilidade para as instituições, porém mantendo critérios de competitividade que acentuam as assimetrias entre áreas do conhecimento e sujeitos.

Este estudo tem como objeto analisar a percepção dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEd/UFRN) sobre o CAPES-PrInt. O problema central reside em compreender como os processos de internacionalização, frequentemente pautados por lógicas meritocráticas e de mercado, operam na prática cotidiana de doutorandos e egressos, revelando desigualdades que são estruturais e não meramente individuais. A relevância desse estudo justifica-se pela necessidade de tensionar a tendência tecnocrática que orienta as avaliações de programas institucionais. Ao privilegiar a "voz discente", busca-se romper com indicadores meramente quantitativos, substituindo avaliações gerenciais por uma análise crítica, situada e dialógica, capaz de revelar as fissuras e contradições do modelo atual de produção do conhecimento, especialmente nas Ciências Humanas.



2. METODOLOGIA

Este estudo faz parte dos resultados parciais da pesquisa de Doutorado, intitulada: Internacionalização na Pós-Graduação: O Programa CAPES-PrInt e os Desafios das Ciências Humanas Na UFRN (2019-2022). A pesquisa fundamentou-se na perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreendendo a educação como um espaço de disputa e contradição entre interesses de classe. Conforme assevera Saviani (2007), a educação é condicionada pelas estruturas sociais, mas possui potencial transformador se articulada à análise crítica das mediações que a sustentam. A opção metodológica centrou-se na aplicação de um questionário estruturado junto a doutorandos(as) e egressos(as) do PPGEd/UFRN, totalizando 23 participantes, no ano de 2023.

A escolha deste público justifica-se pela vinculação direta da pesquisadora ao PPGEd/UFRN, o que garantiu canais legítimos de comunicação e viabilidade de acesso. Embora o recorte se limite a um único programa, o PPGEd configura-se como um campo empírico altamente pertinente por ser um dos contemplados pelo CAPES-PrInt na UFRN. O questionário permitiu reunir dados sobre o nível de participação, dificuldades encontradas e percepções críticas em relação ao modelo de internacionalização vigente. A análise dos dados foi orientada pelas categorias de totalidade, mediação e hegemonia, buscando compreender como a política institucional se articula com o contexto macroeconômico de redução do fomento à área da Educação.

3. DISCUSSÃO DOS DADOS

A escuta das vozes discentes revela que a internacionalização, no âmbito do CAPES-PrInt, opera sob uma lógica de exclusão silenciada. Como alerta Boito Júnior (2018), o Estado brasileiro passou a atuar como gestor da escassez, submetendo a universidade pública a uma lógica de competitividade e performatividade acadêmica.

A caracterização sociodemográfica dos sujeitos da pesquisa constitui o ponto de partida para compreender como os condicionantes materiais e simbólicos determinam o acesso às



ações de internacionalização no âmbito do CAPES-PrInt. No que tange à identidade de gênero, os dados revelam uma leve predominância masculina (56,5%) em relação à feminina (43,5%). Embora essa distribuição não aponte para um desequilíbrio numérico extremo, ela sugere assimetrias de engajamento que precisam ser problematizadas. Historicamente, a internacionalização da pós-graduação revela uma prevalência de atores masculinos nas ações de maior prestígio, como missões e coordenação de redes. Tal fenômeno pode ser atribuído à persistência de barreiras estruturais enfrentadas por mulheres, especialmente a desigual distribuição das responsabilidades familiares e do cuidado, que limita a mobilidade geográfica e o tempo disponível para experiências no exterior. Assim, mesmo em áreas como a Educação, onde a presença feminina é expressiva, as oportunidades efetivas continuam atravessadas por marcadores de gênero que exigem uma análise interseccional das políticas institucionais.

No quesito racial, a análise indica que a maioria dos participantes se autodeclara branca (52,2%), seguida por pardos/as (39,1%) e pretos/as (8,7%). Esse perfil reflete a sub-representação histórica de pessoas negras nos espaços de prestígio da educação superior brasileira. Como destacam Gomes (2005) e Ferreira (2021), o acesso ao doutorado é marcado por desigualdades cumulativas que se originam na educação básica. No contexto da internacionalização, essa realidade torna-se ainda mais crítica, pois a lógica desses programas é frequentemente atravessada por exigências implícitas de capital econômico e linguístico (Biase, 2018), atributos desigualmente distribuídos em uma sociedade estruturalmente racista (Carneiro, 2003). A dificuldade de acesso a bolsas internacionais e a menor inserção em redes de cooperação estrangeira evidenciam que a internacionalização tende a reforçar lógicas excludentes quando não incorpora uma perspectiva de equidade racial estrutural.

Quanto à faixa etária, observa-se uma heterogeneidade geracional composta por dois perfis principais: estudantes entre 26 e 30 anos (34,8%) e discentes com mais de 40 anos (30,4%). Essa diversidade implica condições desiguais de inserção. Para os mais jovens, a mobilidade é vista como etapa estratégica de construção de capital acadêmico. Já para os doutorandos acima de 40 anos, frequentemente inseridos no mercado de trabalho e com vínculos familiares consolidados, os deslocamentos internacionais configuram barreiras concretas. As estruturas de fomento tendem a privilegiar trajetórias "ideais"- lineares e jovens -, modelo que não dialoga com a realidade da pós-graduação em Educação, campo ocupado

majoritariamente por profissionais da educação básica e gestores públicos. Conforme Bianchetti e Machado (2009), é imperativo que as políticas institucionais considerem essas trajetórias plurais e os tempos sociais de sujeitos com inserção profissional prévia.

O cenário de financiamento revela um dado preocupante: 52,2% dos respondentes não possuem bolsa de estudos, apontando para um processo de precarização e autofinanciamento da formação doutoral. Essa realidade compromete os princípios de equidade, especialmente em áreas como as Ciências Humanas, afetadas pelas políticas de austeridade fiscal (Ferreira, 2021). No contexto do CAPES-PrInt, a ausência de apoio financeiro torna-se um impeditivo objetivo, uma vez que a mobilidade exige recursos que excedem os valores das bolsas regulares. Sem financiamento público robusto, a pós-graduação torna-se um espaço de exceção (Leher e Sampaio, 2020), aprofundando as desigualdades territoriais e de classe. Entre os bolsistas, há uma dependência quase exclusiva da modalidade Demanda Social/CAPES (90,9%), o que torna os programas vulneráveis a contingenciamentos e limita alternativas de mobilidade articuladas a projetos internacionais.

A trajetória prévia de internacionalização dos sujeitos confirma o distanciamento entre o discurso institucional e a prática: 95,7% afirmaram nunca ter participado de intercâmbio ou programa internacional. Esse dado evidencia que a internacionalização permanece como um ideal normativo, beneficiando uma minoria com alto capital acumulado, enquanto a maioria dos estudantes-trabalhadores da Educação permanece à margem desses fluxos (Bernheim, 2011). O desconhecimento sobre o CAPES-PrInt por 56,5% dos respondentes reforça essa baixa visibilidade e a fragilidade dos processos de comunicação institucional. Para Amaral (2011), o acesso à informação é condição para o engajamento; quando os editais são complexos e as informações circulam apenas em redes informais de prestígio, a política atua como um filtro seletivo.

As barreiras relatadas pelos discentes - como responsabilidades familiares, vínculos empregatícios em estágio probatório e a dificuldade com exames de proficiência - revelam que o modelo de mobilidade do CAPES-PrInt não se adapta às condições concretas de vida da classe trabalhadora acadêmica. A prova de proficiência, recorrentemente citada, atua como uma seleção ideológica (Bourdieu, 1998) que transforma desigualdade social em barreira linguística sob a máscara do mérito. Relatos de "sentir-se desassistido" pela instituição



confirmam que a burocratização e a falta de redes de apoio técnico isolam o estudante. Em última análise, a maioria dos respondentes indicou que o programa não se aplica à sua realidade ou deixou as questões sobre contribuições em branco, o que sugere que o CAPES-PrInt opera como um "programa de vitrine", focado na legitimação institucional e na competição entre programas, enquanto ignora a materialidade da vida estudantil e as necessidades formativas da maioria discente no campo da Educação.

4. CONCLUSÕES

Os dados coletados no PPGEd/UFRN demonstram que os novos modos de regulação da produção do conhecimento, materializados no CAPES-PrInt, tendem a aprofundar as desigualdades pré-existentes na pós-graduação brasileira. A internacionalização, tal como estruturada, opera sob uma lógica tecnocrática e gerencial que privilegia indicadores quantitativos em detrimento da justiça social e da equidade acadêmica.

Conclui-se que a superação desse modelo exige a construção de políticas que incorporem uma perspectiva interseccional, contemplando as especificidades de gênero, raça e classe. É urgente que os processos de internacionalização deixem de ser um privilégio condicionado pelo capital individual para se tornarem um direito garantido por financiamento público estável, suporte linguístico institucional e flexibilidade nas trajetórias de mobilidade. Somente assim a universidade pública cumprirá seu papel de espaço contraditório de resistência e produção de conhecimento crítico e democratizado.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, A. L. **A internacionalização da educação superior:** conceitos e trajetórias. Campinas: Autores Associados, 2011.

BERNHEIM, C. T. **La educação superior no século XXI:** visão e missões. Caracas: UNESCO-IESALC, 2011.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. **A bússola do escrever:** desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2009.



BIASE, J. **Internacionalização e o capital linguístico na pós-graduação brasileira.** São Paulo: Editora Acadêmica, 2018.

BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e crise política no Brasil:** os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Unicamp; São Paulo: UNESP, 2018.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

CARNEIRO, S. **Mulheres negras e as desigualdades de gênero e raça.** São Paulo: Geledés, 2003.

FERREIRA, J. S. **Austeridade fiscal e o financiamento da educação superior no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2021.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

LEHER, R.; SAMPAIO, C. T. **A universidade pública sob ataque:** mercantilização e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.